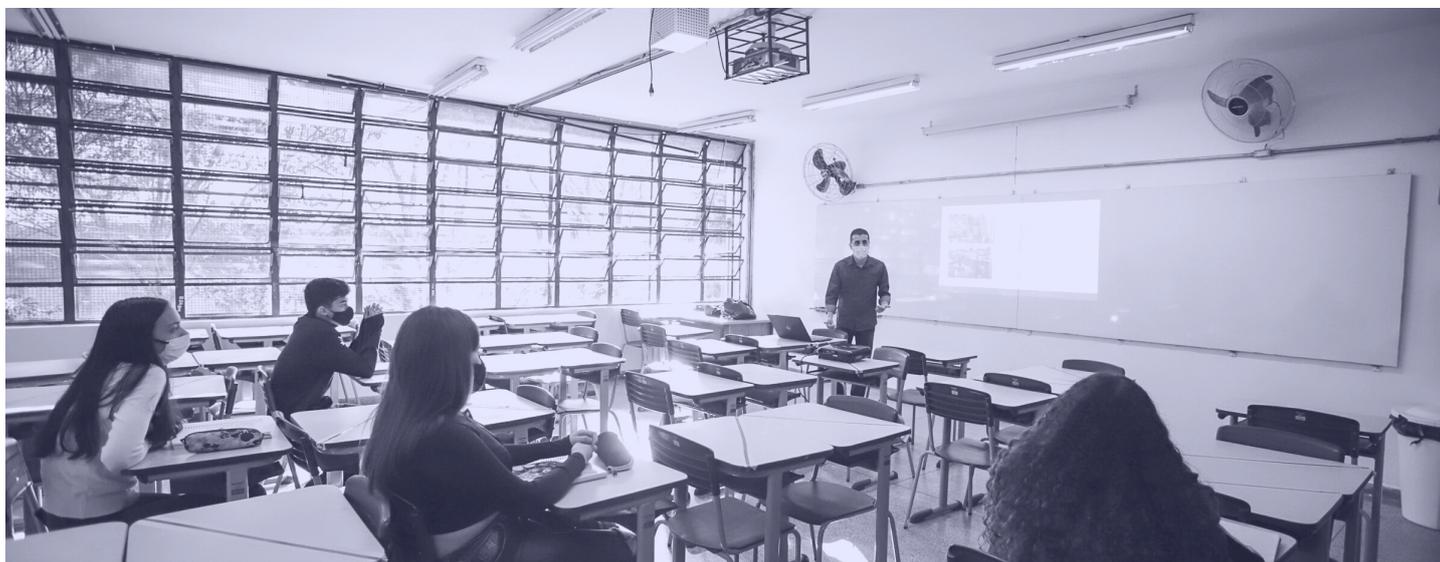


BOLETIM EDUCAÇÃO EM EVIDÊNCIAS



Secretaria da
Educação



Retomada das aulas na E.E. Leopoldo Santana, Capão Redondo - São Paulo

O que há de novo

DADOS SOBRE MOBILIDADE EDUCACIONAL

[Reportagem de 27/03/2021 da Folha de São Paulo](#) divulgou os resultados de **estudo inédito** do **Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS)** sobre a desigualdade na educação em contexto comparativo internacional. O estudo analisa principalmente de mudanças havidas – ou não – entre as gerações, mostrando, entre outras coisas, que a chance de repetir a baixa escolaridade do pai entre brasileiros é o dobro da de americanos. Em outras palavras, a pobreza familiar segue sendo determinante da baixa escolaridade, mesmo que grau um pouco menor. Outra informação importante diz respeito ao efeito da cor/raça. Citando o artigo: “Entre os filhos de pais pretos e pardos que não terminaram o ensino médio, 64% não avançaram além disso. Nas famílias brancas, essa proporção era de 51,6%.”

O [site do IMDS](#) apresenta tais indicadores comparativos por meio de **tabelas e gráficos interativos**, em que vc pode comparar o Brasil com outros países de várias formas. Visite; é excelente fonte de informação, que inclusive pode ser usada em sala de aula. Escrevam para nós contando se usaram!

NESTA EDIÇÃO

SEMINÁRIO DE 23/04

**RICARDO MADEIRA
MEDINDO PRÁTICAS
DE GESTÃO ESCOLAR
NO BRASIL**

**EVIDÊNCIAS EM
DEBATE:**

**ESTUDO SOBRE A
REABERTURA DE
ESCOLAS NO ESTADO
DE SÃO PAULO**

ASSISTA PELO APLICATIVO E NO YOUTUBE DO CENTRO DE MÍDIAS DE SÃO PAULO, CANAL GESTÃO



**DIA 23/04 DAS
14 ÀS 15H30**

**RICARDO
MADEIRA**
MEDINDO
PRÁTICAS DA
GESTÃO ESCOLAR
NO BRASIL:
METODOLOGIA E
EVIDÊNCIAS

RICARDO MADEIRA é Professor de Economia da FEA/USP e co-fundador da **Por A + B**. É Ph.D. em Economia pela Boston University, mestre pela FGV e bacharel pela USP. Suas principais áreas de pesquisa são microeconomia aplicada, economia da educação e avaliação de políticas educacionais. Esteve envolvido em diversos projetos de avaliação de impacto de políticas educacionais. Foi consultor para o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento, Banco Mundial e hoje é membro do CPTE (Centro de Pesquisa Transdisciplinar em Educação) do Instituto Unibanco.

DIVERSAS EVIDÊNCIAS da literatura internacional mostram que determinadas **práticas da gestão escolar possuem impacto muito relevante sobre o aprendizado** de estudantes. Esses achados justificam o investimento em cursos e programas de desenvolvimento profissional de gestores escolares. No Brasil, no entanto, sabe-se pouco sobre quais são as práticas gestoras que caracterizam as rotinas da gestão escolar no país e como estas se associam ao aprendizado dos alunos - informações de enorme valor para programas de formação de diretores (inicial e continuada). O estudo apresentado propõe um instrumento de pesquisa junto a gestores escolares e uma metodologia de análise das informações coletadas para **medir as práticas gestoras** que caracterizam a gestão escolar de um conjunto de escolas. A partir da aplicação do instrumento para mais de 1.700 diretores de **escolas públicas brasileiras** apresentamos um diagnóstico das práticas gestoras vigentes nas escolas amostradas.

“

Quais são as práticas gestoras que caracterizam as rotinas de gestão escolar no Brasil?

Como o diagnóstico das práticas gestoras pode contribuir para o desenho de programas de formação de diretores(as)?



ESTUDO SOBRE A REABERTURA DE ESCOLAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Em uma **iniciativa inédita**, um grupo de pesquisadores investigou os efeitos da reabertura de escolas em municípios do Estado de São Paulo entre outubro e dezembro de 2020. Financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e realizada em parceria com o governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação. A investigação, de autoria de **Guilherme Lichand, Carlos Alberto Dória, Onício Leal-Neto**, todos vinculados ao Departamento de Economia da Universidade de Zurich, e **João Cossi**, especialista em educação do BID, ainda está em curso, tendo apresentado seus resultados iniciais no preprint do artigo “[Reopening schools in the pandemic did not increase Covid-19 incidence and mortality in Brazil](#)” (A reabertura de escolas durante a pandemia não aumentou a incidência e a mortalidade da Covid-19 no Brasil), que foi submetido à revista **The Lancet** para publicação.

O contexto da realização da pesquisa é de conhecimento geral: em todo o mundo, o fechamento de escolas devido à pandemia de Covid-19 deixou 1,6 bilhões de estudantes sem aulas presenciais por um período prolongado de tempo. O debate em torno das medidas de abertura ou fechamento das escolas se prolonga até hoje.

Daí a extrema relevância deste estudo, excelente exemplo de como os resultados de estudos científicos se prestam a apoiar as decisões em políticas públicas.

Em levantamento prévio de estudos já realizados sobre o assunto, os autores

citam inúmeras pesquisas; não há como citar aqui todos os estudos e argumentos apresentados - consulte a pág. 2 do artigo para as referências completas. Resumindo muito, de um lado os autores trouxeram evidências que parecem justificar a decisão de manter as escolas fechadas. Alguns estudos recentes sugerem que, mesmo que crianças não sejam colocadas sistematicamente em alto risco de infecção devido às aulas presenciais, a probabilidade de que suas famílias e as equipes escolares sejam infectadas aumenta significativamente quando as escolas estão abertas. (citar estudos ou referências?). Outro grupo importante de estudos diz respeito aos efeitos positivos de “lockdowns” e da restrição do horário de funcionamento de bares e restaurantes na redução do contágio pela Covid-19. Outros estudos ainda mostraram que quando as escolas estão abertas, aumenta a mobilidade das pessoas responsáveis pelas crianças, o que potencialmente aumenta a transmissão para além do contexto da escola. Em geral, as escolas foram fechadas no contexto dessas medidas. Por outro lado, os autores encontraram evidências que permitem a hipótese de que manter as escolas abertas durante a pandemia não contribuiria sistematicamente para uma maior incidência ou mortalidade por Covid-19, especialmente em países em desenvolvimento. Em primeiro lugar, diferentemente de outros vírus respiratórios, não se comprovou que crianças transmitiriam o SARS-CoV-2 mais do que adultos.



Ao contrário, principalmente crianças no ensino infantil estariam entre os grupos de menor risco. Além disso, muitos países em desenvolvimento não impuseram restrições de mobilidade rígidas, de modo que em cidades grandes como São Paulo, por exemplo, os dados de triangulação das torres de celular nunca mostraram mobilidade abaixo de 50%. Portanto, nesse contexto, reabrir as escolas teria pouco ou nenhum efeito na atividade da doença, em comparação com uma situação em que as escolas permanecessem fechadas, mas a mobilidade não fosse restringida de outra forma, o que foi confirmado pela pesquisa.

Até o momento, nenhum estudo tinha documentado, com uso apropriado de dados contrafactuais, ou seja, fazendo uso de dados de controle, em que medida a reabertura de escolas em países em desenvolvimento durante a pandemia causava o aumento dos índices agregados de incidência e mortalidade por Covid-19.

O estudo se beneficiou do fato de que alguns municípios reabriram as escolas, e outros não, para fazer o que é chamado de “experimento natural”. Relembrando, em alguns seminários do Escritório de Evidências foram apresentados resultados de “experimentos”, em que, para se verificar o impacto ou resultado de alguma “coisa” – como uma determinada política – se compara o comportamento de um grupo de escolas, por exemplo, que recebeu a política, chamado de “grupo de tratamento”, com outro grupo que não recebeu a política, chamado de “grupo de controle”. Nesses experimentos, os casos são “pareados” com outros com características semelhantes. Esse tipo de estratégia

permite verificar se os melhores resultados de determinada escola foram determinados causalmente pela implementação da política, uma vez que outras variáveis que poderiam interferir nos dados são controladas pela comparação entre escolas parecidas em

A reabertura de escolas na pandemia impacta casos suspeitos, casos confirmados e mortes por COVID-19?

Esse impacto depende de características dos municípios, como severidade da pandemia ou condições de infraestrutura das escolas?



desempenho, característica de alunos, etc. No caso deste estudo, trata-se de um “experimento natural” porque a realidade já permitia a separação dos municípios entre dois grupos: cada um dos 131 municípios que reabriram as escolas para atividades presenciais entre outubro e dezembro e 2020 teve seus dados comparados com um “município-par” que manteve as escolas fechadas e com características semelhantes, inclusive no que diz respeito à trajetória prévia da atividade da doença. Assim, foi possível estimar os efeitos causais da reabertura das escolas nos índices efetivos de crescimento potencial da doença (EPG, na sigla em inglês “*effective potential growth*”) e taxa de mortes em nível municipal.

Por se tratar de um artigo técnico, e escrito em inglês, neste texto tomamos a decisão de citar literalmente trechos do artigo, em tradução nossa, para não



correremos nenhum risco na comunicação. Em síntese, os principais achados do estudo são descritos da seguinte maneira:

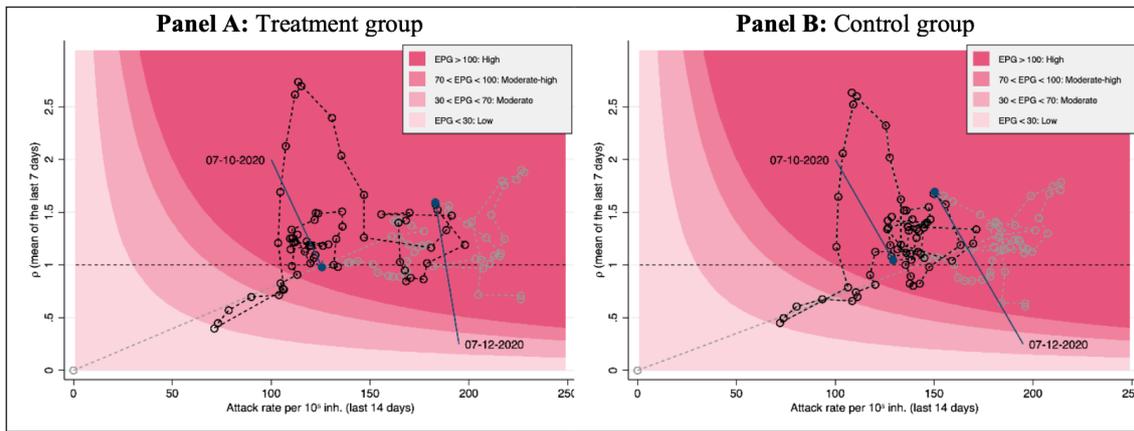
*“Descobrimos que **a reabertura das escolas não aumentou a incidência ou a mortalidade da Covid-19, em média, até 12 semanas depois da reabertura.** O *contrafactual* [ou seja, os dados dos municípios que não abriram as escolas] é fundamental para nossas conclusões: a comparação apenas das municipalidades que reabriram as escolas, antes e depois da reabertura, nos levaria a concluir o oposto. A reabertura das escolas não afetou a atividade da doença mesmo em municípios mais pobres, naqueles com baixa qualidade da infraestrutura das escolas, e naqueles com proporção mais alta de população idosa ou com um cenário mais crítico da doença desde o início do estudo. Também não foram encontrados efeitos da reabertura das escolas no índice de mobilidade local.”* (p. 1).

Vale aprofundar um argumento apresentado acima: se fossem comparadas apenas as situações dos municípios que abriram as escolas antes e depois da reabertura, poderíamos chegar à falsa conclusão de que a abertura das escolas piorou o quadro de infecção local. Daí que de desenho metodológico utilizado, a estimativa por meio da estratégia de **diferenças-em-diferenças** tenha sido fundamental para os resultados. Nas palavras dos autores, novamente:

“Determinar se atividades escolares presenciais contribuem para a incidência e a mortalidade agregadas da Covid-19 é difícil: contrastar casos e mortes nos

municípios que abrem escolas, antes e depois da reabertura, tipicamente levará a concluir que aulas presenciais aumentam a atividade da doença, mesmo que isso, de fato, não seja verdade. A razão para isso é que os casos tendem a aumentar subsequentemente em locais em que eles tenham estado inusualmente baixos no passado recente, algo que, estatisticamente, é mais provável em locais em se permitiu que as aulas presenciais recomeçassem do que em locais em que isso não aconteceu [a administração local não ousaria a medida se os índices de contágio estivessem altos]. Por essa mesma razão, a mera comparação das médias de incidência e de mortalidade da Covid-19 entre locais que autorizaram a abertura das escolas e aqueles que não autorizaram tende a superestimar os efeitos da reabertura das escolas na pandemia.” (p. 2)

Detalhando um pouco os **resultados encontrados**, as figuras abaixo mostram como a atividade da Covid-19 progrediu ao longo do tempo nas cidades que reabriram as escolas (grupo de tratamento, Painel A) e nas cidades que não reabriram (grupo de controle, Painel B), destacando em ambos os painéis os 60 dias imediatamente posteriores à autorização de retorno às aulas presenciais. Note-se como os dois grupos de municípios mostram exatamente a mesma tendência em relação à doença (de piora), mostrando, portanto, que não houve impacto da reabertura das escolas nesse quadro. Os diagramas apresentam, no eixo horizontal, a taxa de infecção nos últimos 14 dias (obtida pelo número de casos reportados ou estimados), e no eixo vertical, o nível médio de



Fonte: Lichand et al, p. 5

crescimento da epidemia durante a semana anterior.

Quanto à **interpretação dos dados** e às **conclusões** que se pode tirar deles, os autores escrevem:

“Mesmo que manter as escolas abertas durante a pandemia possa aumentar os riscos para as equipas escolares, estudantes e suas famílias, os achados sugerem que a medida não contribui para a atividade agregada da doença – ou seja, não afeta os indicadores gerais municipais relativos à Covid-19. Isso porque não apenas as escolas tipicamente representam apenas uma pequena fração da população municipal como um todo, mas também porque a mobilidade era substancial durante a pandemia mesmo sem haver aulas presenciais, o que torna os benefícios marginais de manter as escolas fechadas negligíveis em termos agregados.”

Os autores também apontam que, para os riscos de infecção, contribuem as chances de as escolas estabelecerem **protocolos de higiene e distanciamento social adequados**, é claro. O fato é que o debate epidemiológico deve ser travado em paralelo ao debate educacional: as decisões precisam ponderar também os efeitos prejudiciais do fechamento das escolas nos resultados de aprendizagem, no bem-estar físico e emocional e no

desenvolvimento das crianças, e no risco de evasão escolar. Nesse contexto, fundamentais as considerações finais dos autores do estudo:

*“**Pesquisa adicional é necessária** para documentar os impactos diretos da reabertura das escolas entre [a população em idade escolar, as equipas escolares e as famílias dos estudantes], com contrafactuais apropriados. Isso requereria olhar para dados individuais de casos, hospitalizações e mortes para estudantes, equipas escolares e suas famílias, tanto para as escolas que reabriram e para aquelas que não o fizeram, analisando todas as diferenças entre elas quanto às tendências de atividade da doença.”*

E concluem:

“ Documentar a distribuição conjunta de ganhos educacionais e custos de saúde gerados pela abertura das escolas na pandemia é um passo necessário para informar cidadãos e gestores públicos quanto aos “trade-offs” envolvidos em tais decisões, uma vez que a expectativa é de que pandemia da Covid-19 permaneça no futuro próximo, especialmente em países em desenvolvimento. ”



Em outras palavras, há sempre a necessidade de buscar equilíbrio nas escolhas envolvendo políticas públicas que lidam com fenômenos complexos, em que há prós e contras em campos

variados, como a saúde e a educação, neste caso. Isso sem falar nos aspectos de assistência social, que envolvem a segurança alimentar e outros aspectos, que não discutimos aqui.

Cartas, recados, e outros

ESCREVAM PARA EVIDENCIAS@EDUCACAO.SP.GOV.BR

Caros(as) leitores(as),

Agradecemos a todos e todas que têm escrito para o **Escritório de Evidências** com sugestões, motivadas pelos seminários ou pelos Boletins!

Lembrando: buscamos sugestões de pesquisas sobre educação que em sua opinião mereçam ser apresentadas em nossos seminários, ou de assuntos a serem tratados no boletim.

Se tiverem resenhas de obras que acham importante divulgar, sempre na lógica das evidências educacionais, mandem pra gente também!

Abraços,



Clique [aqui](#) para acessar o nosso Canal!